

Estado de São Paulo

#### EDITAL DE CONVITE N° 008/15 PROCESSO N° 049/15

ABERTURA DIA: 13/07/15 às 14h00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que se acha aberta neste Departamento, a licitação na modalidade CONVITE, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas de preço deverão ser entregues no Departamento de Licitação, sito à Rua Profª Hilda Cunha, nº 58 - Centro, nesta cidade de Cerqueira César/SP, com 10 (dez) minutos de antecedência do horário previsto para a abertura, não sendo considerados os envelopes entregues com atraso. Ainda que ocorram modificações neste Edital gerando alteração na data de abertura, o prazo de encerramento acompanhará o prazo de abertura, ocorrendo sempre com 10 (dez) minutos de antecedência do prazo estipulado para abertura dos envelopes.

<u>Unidade Requisitante</u>: Diretoria de Obras, Serviços e Estradas

MODALIDADE: Convite

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

- 1) DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento mão-deobra, equipamentos, materias e implantação de 10 (dez) abrigos metálicos a serem instalados em pontos de parada de ônibus localizados no Município de Cerqueira César, de acordo com o projeto, memorial descritivo, cronograma e planilha orçamentária anexos ao edital.
- ▶ Quanto ao projeto, este poderá ser adquirido no Departamento de Engenharia, através de requisição, sendo que os interessados deverão fornecer cd/pen drive para reprodução do mesmo.
- ▶É de responsabilidade da Empresa à plotagem e ou impressão das pranchas do projeto com todos os detalhes.
- ▶ As obras e serviços ora contratados deverão obedecer às normas da ABNT -Associação Brasileira de Normas Técnicas e as especificações e/ou anexos constantes do edital.
- ► Eventuais dúvidas ou divergências quanto às especificações técnicas ou anexos deste edital deverão ser dirimidas junto ao Departamento de Engenharia da Prefeitura.



Estado de São Paulo

## 2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR ESTIMADO:

As despesas decorrentes do presente processo licitatório ocorrerão por dotação orçamentária vigente e dentro da seguinte codificação:

02.07.01 - - Urbanismo

175 15.452.0021-2.025 - Classificação Funcional

3.3.90.39-01 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

►O valor estimado total é de R\$ 86.102,67 (oitenta e seis mil, cento dois reais e sessenta sete centavos).

- 3) DOS ENVELOPES, DA PROCURAÇÃO, DA VISITA TÉCNICA E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:
- 3.1 Os documentos de habilitação e a proposta de preço deverão ser apresentados em envelopes fechados, identificados como **Envelope "A"** e **Envelope "B"**, contendo as seguintes indicações em cada um deles:

ENVELOPE "A" - HABILITAÇÃO PREFEITURA DE CERQUEIRA CÉSAR

**CONVITE N° 008/15** 

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: ABERTURA: 13/07/15 às 14h00 ENVELOPE "B" - PROPOSTA COMERCIAL PREFEITURA DE CERQUEIRA CÉSAR

**CONVITE N° 008/15** 

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: ABERTURA: 13/07/15 às 14h00

## 3.2 DA REPRESENTAÇÃO/PROCURAÇÃO:

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS ANTES DA ABERTURA DOS ENVELOPES, <u>SEPARADAMENTE:</u>

O representante legal da licitante, presente na sessão, <u>caso seja o sócio ou proprietário</u>, deverá apresentar a cópia dos atos constitutivos da empresa e apresentar documento de identidade (em original) ao funcionário(s) que estará conduzindo o certame. Se o representante da empresa, presente na sessão, <u>não for o sócio ou proprietário</u>, este deverá apresentar a cópia dos atos constitutivos da empresa e procuração para participação do certame público (com prazo de validade não superior a 12 (doze) meses, assinada pelo proprietário da empresa/sócio, autorizado-lhe a tomar todas as decisões necessárias em relação ao presente certame), bem como apresentar documento de identidade (em original) ao funcionário(s) que estará conduzindo o certame.

#### 3.3 - DA VISITA TÉCNICA

- 3.3.1- Os interessados poderão agendar, antecipadamente, junto ao Departamento de Engenharia, data e horário para que efetuem a Visita Técnica, objeto desta licitação, ficando franqueada a vistoria durante o período compreendido entre a data da publicação do edital até o dia 13 de julho de 2015.
- 3.3.1-Não será motivo de inabilitação a não realização de vistoria técnica no local onde

Estado de São Paulo

os serviços serão realizados, ficando facultada às licitantes.

## 3.4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.4.1 Poderão participar do presente Convite, pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, pertencentes ao ramo do objeto licitado, sendo vedada à participação de:
  - 3.4.1. consórcios:
  - **3.4.2.** empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
  - **3.4.3**. empresas impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cerqueira César;
  - 3.4.4. empresas com falências decretadas ou concordatárias;
  - **3.4.5**. empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público municipal de Cerqueira César.

## 4- ENVELOPE "A" - HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- **a1)** Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;
- **b)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- c) Os documentos relacionados no subitem "a" não precisarão constar do Envelope nº A
   Habilitação se tiverem sido apresentados para Representação/Procuração neste
   Convite.

#### 5.1 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal (referente ao débito mobiliário), do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- b1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos

Estado de São Paulo

de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

- **b2)** Certidão de Regularidade de ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- c) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, se emitida anteriormente a 03/11/2014 e dentro do prazo de vigência nelas indicado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011;
- f) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;
- **f1)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- **f2)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- f3) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem "f2" implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Estado de São Paulo

## 5.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

**a)** Certidão de Registro de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CRE ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU.

#### b)-QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL:

Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, necessariamente em nome do licitante, no(s) qual(ais) se comprove(m) quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% da execução pretendida, corresponde fornecimento e implantação de cinco abrigos metálicos de 4,00M.

## c)-QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

Originais ou cópias autenticadas de Certidões de Acervo Técnico -CAT's, emitidas pelo CREA ou pelo CAU e em nome do responsável técnico que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados e que faça parte do quadro da empresa licitante, nos termos da Súmula nº 25(\*) do Tribunal de Contas, na data fixada para a apresentação das propostas, de forma a comprovar experiência em execução de obras ou serviços de características iguais ou similares do objeto desta licitação.

- (\*) SÚMULA Nº 25 Em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.
- 5.3 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
- **5.3.1-**Todos os documentos de que trata este item deverão, quando for o caso:
- 5.3.2 Estar em plena validade na data fixada para a apresentação dos envelopes;
- **a)** Para as certidões que não contenham prazo de validade expresso, as mesmas deverão ser apresentadas com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, contados a partir da abertura do Envelope A "DOCUMENTOS".
- **5.3.3** Ser apresentados em original ou por cópia autenticada, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico, os quais a Comissão Permanente de Licitações confirmará a veracidade por meio de consulta à Internet, diretamente nos respectivos "sites" dos órgãos expedidores;
- a) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por funcionário



Estado de São Paulo

desta Administração, conforme preceitua o caput do artigo 32 da Lei 8.666/93.

- 5.4 -Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 5.5- Não serão aceitos protocolos de pedido de emissão de Certidão junto a qualquer órgão da Administração. As mesmas deverão ser necessariamente apresentadas no original, ou através de cópia autenticada por Cartório ou por este Departamento.
- **5.6-** A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

#### 5.7 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- 5.7.1 Deverá constar no Envelope "A", as seguintes Declarações:
- a) Declaração negativa da superveniência de fato impeditivo à habilitação, incluso compromisso em declará-lo(s), caso venha(m) a ocorrer (emitida pela própria licitante, assinada pelo representante legal ou seu procurador, desde que a procuração seja lavrada em estrita conformidade com o item 3.2 deste edital); conforme modelo fornecido no anexo II.
- b) Declaração de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, (emitida pela própria licitante, assinada pelo seu representante legal ou seu procurador, desde que a procuração seja lavrada em estrita conformidade com item 3.2 deste edital); conforme modelo fornecido no anexo II.
- c) Declaração de aceitação e sujeição dos itens editalícios e das cláusulas contratuais, que examinou cuidadosamente o Edital Completo, nele não achando nenhuma falta ou irregularidade que comprometesse a legalidade do certame licitatório (emitida pela própria licitante, assinada pelo representante legal ou seu procurador, desde que a procuração seja lavrada em estrita conformidade com o item 3.2 deste edital; conforme modelo fornecido no anexo II.
- d) Em se tratando de <u>microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP)</u>, deverá ser apresentada uma declaração, sob as penas da Lei, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, (emitida pela própria licitante, assinada pelo seu representante legal ou seu procurador, desde que a procuração seja lavrada em estrita conformidade com o item 3.2 deste edital); conforme modelo

Estado de São Paulo

fornecido no anexo II. <u>Em caso de não apresentação da referida declaração, a licitante participará do certame como empresa comum, não fazendo jus ao tratamento diferenciado.</u>

- 5.8 Constituem motivos para <u>inabilitação</u> da licitante:
- **5.8.1** a não apresentação da documentação exigida para habilitação da licitante;
- 5.8.2 a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;
  - 5.8.3 a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;
- **5.8.4** a apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal referentes a filial, quando a licitante for a matriz, ou vice-versa;
- 5.8.5 apresentação de documentos que não estejam perfeitamente legíveis, ou que contenham emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões;
  - 5.8.6 a apresentação de documentos sem autenticação;
  - 5.8.7 o não cumprimento dos requisitos de habilitação.
- 5.8.8. Não serão aceitos **protocolos** de entrega ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

#### 5.10-ENVELOPE "B" - DA PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE "B"

- **5.10.1** A proposta Comercial contida no Envelope "B" deverá ser datilografada ou produzida por qualquer processo mecânico ou eletrônico, em 01 (uma) via original, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, datada e assinada pelo representante legal da proponente, contendo os seguintes elementos:
- 5.10.1.1 Identificação completa e clara do proponente, contendo carimbo com a Razão Social da empresa;
- 5.10.1.2 Planilhas de Quantidades e Preços, totalmente preenchidas, de acordo com os Anexos deste Edital, relatando os preços unitários e globais em algarismo e por extenso, descriminando o valor de cada item em moeda corrente nacional, incluso (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.);
- 5.10.1.3 Cronograma físico-financeiro completo e detalhado (modelo anexo), dentro do prazo determinado para a execução da obra;
- 5.10.1.4 Prazo de validade da proposta, que nunca poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- 5.10.1.5 O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados da data da ordem de serviço e vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da ordem de serviço;



Estado de São Paulo

- 5.10.1.6 Condições de Pagamento: os pagamentos serão efetuados, conforme serviços executados, planilha de medição e laudo de vistoria realizado pelo responsável técnico. Para que o pagamento seja efetuado deverá constar no corpo da nota fiscal referente às medições, o respectivo número: Referente ao Convite nº 008/15 Processo nº 049/15.
- 5.10.1.7 Qualificação completa do signatário do futuro contrato, incluindo nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, número de carteira de identidade, CPF/MF e endereço. Se a empresa indicar um procurador para a assinatura do instrumento contratual, deverá ser encaminhada a respectiva procuração subscrita por representante legal, com firma reconhecida em cartório, com poderes específicos para firmar o respectivo contrato;
- 5.10.1.8 Número da conta corrente e o Banco para efetuar o pagamento. Caso a empresas disponha de conta corrente em bancos que não tenham agência neste Município, ficam obrigadas a autorizar (na proposta) que seja efetuado um DOC em seu favor, cujas despesas ficarão exclusivamente a seu cargo. Se não houver a referida autorização, ou não constar número de conta corrente na proposta para depósito, fica o representante legal da empresa obrigado a retirar o cheque na tesouraria desta Municipalidade;
- 5.11 O preço deverá ser cotado nos valores unitário e global, considerando-se inclusos todos os custos envolvidos com o fornecimento e o transporte de todos os itens necessários à plena satisfação do objeto licitado.
- 5.12 Não serão consideradas nem aceitas despesas adicionais em separado, a qualquer título. Os valores correspondentes às horas trabalhadas por todos os profissionais envolvidos com a execução da obra em tela, aos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relativos a esses trabalhadores, ficam a cargo exclusivo da empresa contratada;
- 5.13 O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional;
- **5.14** Os valores acima especificados, na data da apresentação da proposta, deverão ser líquidos, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 5.15 Todos os documentos e elementos contidos nos envelopes deverão ser apresentados perfeitamente legíveis, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou borrões, sob pena de inabilitação da licitante. A proposta comercial deverá estar devidamente datada e assinada, sob pena de desclassificação da mesma.

Estado de São Paulo

#### 6 - DA SOLENIDADE DE ABERTURA DOS ENVELOPES

- 6.1 Os envelopes de "Documentação" e "Proposta" terão seus trabalhos iniciados às 14h00 horas do dia 13 de julho de 2015, iniciando-se a solenidade pela abertura do Envelope "A". Em sequência, resolver-se-ão todas as possíveis impugnações e recursos referentes à documentação. A seguir, na sequência dos atos ou em outra ocasião previamente determinada e comunicada aos proponentes, passar-se-á para a abertura do Envelope "B" Proposta de Preço, das proponentes habilitadas.
- 6.2 A proponente que for julgada inabilitada e desistir da interposição de recurso, terá seu Envelope "B" "PROPOSTA" devolvido, mediante contra-recibo, totalmente lacrado e inviolado. Também terá o envelope "B" devolvido indevassado, a empresa que, decorrido o prazo legal de cinco dias após a inabilitação, não recorrer da decisão da Comissão. A proponente que estiver disposta a interpor recurso contra a decisão da Comissão em inabilitá-la, terá seu envelope "B" retido, mantido indevassável até a resolução final das questões pendentes.

#### 7 - DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

- 7.1 Inicialmente procederá a Comissão a análise dos documentos de habilitação.
- 7.2 A falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.
- 7.2.1 As licitantes que optarem pela apresentação de documentos autenticados, conforme dispõe o item 5.3.3 letra "a" deverão autenticá-los com antecedência, a fim de que os mesmos estejam dentro dos envelopes lacrados por ocasião da abertura da sessão pública.
- 8 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.
- **8.1** Serão desclassificadas as propostas que não estejam de forma clara, explícita e inconfundível, em perfeita concordância com os itens do presente edital e ou que:
  - 8.1.1 sejam manifestamente inexequíveis, que apresentem preços unitários ou global simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não seja estabelecido limite mínimo de preços;
  - 8.1.2 não atenderem a quaisquer das exigências e condições do presente Edital, ou que contenham vícios, restrições ou condicionamentos sobre os preços de execução das obras e apresentação dos projetos executivos;
  - 8.1.3 apresentem erros nas contas das planilhas orçamentárias;
  - 8.1.4 ofereçam vantagens não previstas neste edital;
  - 8.1.5 Que baseiem seus preços nos das outras licitantes, ou ofereçam reduções sobre as propostas mais vantajosas;
  - **8.1.6** Que imponham condições ou contenham ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital.



Estado de São Paulo

- **8.2 -** Será considerada vencedora a empresa que satisfizer a todas as exigências para qualificação técnica e apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL exequível**.
- **8.3** No caso de empate entre duas ou mais propostas, convocar-se-ão os licitantes empatados, para, em ato público, realizar o <u>sorteio</u> para a classificação, nos moldes do artigo 45, § 2º da Lei 8.666/93.
- 8.4 Por força dos <u>arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06</u>, será observado:
- a) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;
- b) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar imediatamente nova proposta, sob pena de preclusão;
- c) a nova proposta de preços mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);
- d) não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- e) no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no disposto na alínea b, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- f) na hipótese da não contratação nos termos previsto na alínea b, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- g) o disposto na alínea anterior, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.
- 8.5 O resultado do Julgamento se dará na própria sessão mediante comunicação direta aos interessados presentes. Em relação aos ausentes, a intimação se fará mediante carta ou fax-símile, desta forma se procedendo quanto à intimação dos demais atos, em especial aos relativos a julgamentos realizados na fase de habilitação/inabilitação das licitantes e classificação/desclassificação das propostas. Qualquer informação adicional pertinente ao certame deverá ser solicitada ao departamento de licitação da Prefeitura de Cerqueira César.
- 8.6 Havendo inabilitação e/ou desclassificação de todas as proponentes, após o decurso dos prazos recursais, a Autoridade Superior poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação/proposta, com refazimento do envelope respectivo, contendo todos os documentos elencados no subitem 7.1 deste



Estado de São Paulo

Edital (em caso de inabilitação), ou todos os elementos constantes do envelope de proposta comercial. Em ambos os casos, os novos envelopes deverão ser refeitos de forma que sejam escoimadas as causas que levaram a inabilitação/desclassificação das licitantes.

#### 9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 Os pagamentos serão efetuados, conforme serviços executados, planilha de medição e laudo de vistoria realizado pelo responsável técnico. Para que o pagamento seja efetuado deverá constar no corpo da nota fiscal referente às medições, o respectivo número: Referente ao Convite nº 008/15 Processo nº 049/15.
- 9.2 Serão realizadas medições, de acordo com as quantidades efetivamente executadas e apuradas "in loco", pela fiscalização dos serviços. Para efeito das medições, serão considerados os preços unitários propostos pela empresa contratada.
- 9.3. O preço não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Em todos os casos de reajuste previstos neste edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item 20 do Reajuste.

### 10 - DA CONTRATAÇÃO:

- 10.1. Homologada a presente licitação, a Administração convocará o licitante vencedor, para no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da Notificação, assinar o competente contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2. Ocorrendo o não atendimento ao chamamento no prazo de 05 (cinco) dias para a assinatura do contrato, poderá a Administração, a seu exclusivo sabor, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a presente licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.
- 10.3. Farão parte integrante do futuro contrato, independentemente de suas transcrições, o presente Edital, a proposta vencedora e demais especificações técnicas. 10.4. Observar-se-ão, para rescisão do contrato, os motivos e as formas previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93.
- 10.5. Após a adjudicação e homologação do certame à licitante vencedora e assinatura do contrato pelas partes, deverá ser emitida a <u>Ordem de Serviço pelo Departamento de Engenharia e Convênios</u>, <u>abrindo-se o prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis</u> para assinatura, início da execução contratual e apresentação da ART,



Estado de São Paulo

contados da sua expedição, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

- 10.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.7. Constituem motivos para a rescisão contratual as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
  - 10.7.1. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados à Prefeitura Municipal de Cerqueira César os direitos elencados no artigo 80 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato;
- a1) Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de O5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital
- **a2)** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem "a1" implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retornar os atos referentes ao procedimento licitatório.

#### 11 - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1 Para garantir a execução das obras previstas no contrato, a empresa CONTRATADA deverá optar por uma das modalidades de garantia contratual previstas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sob pena de decair do direito à contratação. A Contratante concederá o prazo de O5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura da Ordem de Serviço, para que a Contratada apresente comprovante da formalização da garantia, que deverá ser de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. O prazo poderá ser prorrogado, mediante requisição e justificativa da Contratada, a critério da Contratante a aceitação ou recuso da mesma.
- 11.2 A garantia deverá abranger todo o período contratual, inclusive eventual prorrogação do prazo para cumprimento do pactuado, até o RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra/serviços, sendo que a Contratada responderá ainda pela garantia do serviço pelo prazo de 05 (cinco) anos após a entrega final do serviço, nos termos da

Estado de São Paulo

legislação civil vigente.

- 11.3 Em caso de <u>acréscimo de obra/serviços</u>, fica a CONTRATADA obrigada a complementar a garantia na mesma porcentagem, cujo recolhimento deverá ocorrer até a data da assinatura do competente termo, devendo ser apresentado o comprovante da complementação da garantia no mesmo prazo referido no subitem 13.1;
- 11.4 Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a CONTRATADA por meio de correspondência com aviso de recebimento (AR), para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor, sob pena de rescisão contratual.
- 11.5 Poderá a CONTRATANTE descontar da garantia prestada toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA.
- 11.6 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução integral do contrato, mediante requerimento protocolado no Paço Municipal, endereçado ao Departamento de Engenharia, após comprovação do RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra/serviço.
- 11.7 Quando a garantia for prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.8 A liberação ou restituição da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos da lei.

#### 12 - DAS PENALIDADES

- 12.1. A desistência da proposta, lance ou oferta e a não aceitação da Nota de Empenho, ensejarão:
  - 12.1.1. cobrança pelo Município, por via administrativa ou judicial, de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ou lance;
  - 12.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  - 12.1.3. Cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Cerqueira César, pelo período em que vigorar a Suspensão a que se refere o item 12.1.2;
  - 12.1.3. Estas penalidades não se aplicam aos adjudicatários remanescentes que, convocados nos termos do item 10.2, não aceitarem em receber a Nota de Empenho.
- 12.2. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa licitante vencedora, das obrigações assumidas, no todo ou em parte, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
  - 12.2.1. Multa diária correspondente a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato pelo não cumprimento de qualquer obrigação contratual, devendo o valor da multa ser colocado à disposição do órgão licitante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data de ciência, por parte da CONTRATADA, sob pena de inscrição como dívida ativa e execução judicial, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista no contrato.



Estado de São Paulo

- 12.2.2. A empresa será notificada por escrito, ainda que extrajudicialmente, acerca das penalidades a serem eventualmente aplicadas, garantida a prévia defesa.
- 12.3. Certo ainda que, <u>sem prejuízo das penalidades acima referidas</u>, pela inexecução total ou parcial deste instrumento, e a critério do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** poderá sofrer as seguintes sanções administrativas:
  - 12.3.1. Advertência;
- 12.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento parcial do contrato ou de qualquer de suas cláusulas, podendo, ainda, ser rescindido o contrato na forma da lei;
- 12.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento total do contrato, podendo, ainda, ser rescindido o contrato na forma da lei;
  - 12.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  - 12.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o CONTRATANTE, após o ressarcimento dos prejuízos que a CONTRATADA vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base nesta cláusula.
- 12.4. As sanções estabelecidas serão de competência exclusiva do Prefeito de Cerqueira César, facultada sempre a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, nos termos do parágrafo 3° do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 12.5. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da licitante ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
- 12.6. As penalidades previstas nos itens anteriores têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Cerqueira César.
- 12.7. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
- 12.8. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer qualquer crime, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
  - 12.8.1. Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Cerqueira César, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada;
  - 12.8.2. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento.

Estado de São Paulo

## 13 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 13.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos técnicos fornecidos, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT e dos demais órgãos fiscalizadores.
- 13.2 A contratada responsabilizar-se-á pela qualidade e perfeição técnica dos serviços por ela executados, cabendo à Prefeitura a fiscalização dos mesmos e conclusão pelo recebimento ou rejeição, no todo ou em parte, sem prejuízo da aplicação das sanções para os casos de inadimplemento.
- 13.3 A contratada refará às suas expensas, os serviços que se apresentarem mal executados tecnicamente, ou que não tenham obedecido às boas técnicas de execução.
- 13.4 Ficará a cargo da Prefeitura a fiscalização dos serviços, podendo, a seu critério exclusivo, completá-los por gerenciamento através de empresa especializada.
- 13.5 Concluídos os serviços, procederá a Prefeitura exame minucioso a fim de recebê-los <u>definitivamente</u>, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias seguintes ao da entrega da comunicação expressa de conclusão dos mesmos, que nesse sentido fizer a contratada, findo o qual serão considerados como definitivamente recebidos, independentemente de qualquer outra formalidade por parte da Prefeitura, nos termos do artigo 73, I, "b" e parágrafo 3° da Lei n° 8.666/93.
- 13.6 A qualquer tempo a Municipalidade poderá vistoriar a realização dos serviços e os equipamentos, a fim de se certificar acerca da qualidade, quantidade e do estado de funcionamento dos equipamentos, podendo exigir a substituição imediata dos inservíveis.

## 14 - DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A obra contratada deverá ser iniciada no prazo máximo de <u>03 (três) dias úteis</u> seguintes ao da data de expedição da <u>Ordem de Serviço</u>, que será emitida pelo Departamento de Engenharia e Convênios, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

## 15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 São obrigações da CONTRATADA:
- 15.1.1 Assegurar o livre acesso por parte da fiscalização a todas as etapas da execução dos serviços;
- 15.1.2 Responder pela segurança do trabalho de seus operários, técnicos e de terceiros;
- 15.1.3 Arcar com as despesas de demolição e reparos de serviços mal executados ou executados de forma incorreta, decorrentes de culpa ou dolo da contratada, com reposição de materiais utilizados;



Estado de São Paulo

- 15.1.4 Aceitar prontamente as exigências e observações da fiscalização baseadas nas especificações, regras de boa técnica e normas em vigor;
- 15.1.5 Responsabilizar-se por qualquer despesa oriunda de quaisquer paralisações decorrente de falta de material falta de mão-de-obra, intempéries, caso fortuito ou força maior.
- 15.1.6 A CONTRATADA deverá providenciar, ás suas expensas, em até 15 (quinze) dias, a contar do início da execução dos serviços, a confecção e instalação de placas indicativas da obra, contendo as seguintes especificações, nos termos da Lei Municipal nº 1.661/2009:
  - nome da empresa executora da obra;
  - procedência dos recursos;
  - custo total da obra;
  - data do início e prazo limite do término da obra;
  - número de empregos diretos proporcionados pela execução da obra.

#### 16 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 16.1 A interposição dos recursos sobre os atos praticados no curso deste procedimento licitatório, previstos no artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, deverão ser protocolados no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, no horário de expediente, observado o prazo legal. Os recursos serão encaminhados através de carta com Aviso de Recebimento (AR), e-mail ou fax-símile, aos demais licitantes, para querendo, oferecerem contrarrazões no prazo legal. O julgamento do recurso e das contrarrazões deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias úteis do prazo final para interposição, ocasião em que os licitantes serão informados da decisão do Chefe do Executivo através de carta com Aviso de Recebimento (AR), e-mail ou fax-símile;
- 16.2 A intimação pertinente aos atos de julgamento da habilitação e das propostas se dará na própria sessão mediante comunicação direta aos interessados presentes. Em relação aos ausentes, proceder-se-á sua intimação por carta, e-mail ou fax-símile, relativas à julgamentos realizados na fase de habilitação/inabilitação dos licitantes e classificação/desclassificação das propostas, observando-se os trâmites legais e o contraditório e ampla defesa. Qualquer informação adicional pertinente ao certame deverá ser solicitada ao Departamento de Licitações.
- 16.3 A partir do momento da intimação, o processo de licitação permanecerá no Departamento de Licitações, sendo franqueado para vistas dos interessados, que dele poderão extrair as cópias desejadas, mediante o pagamento do respectivo valor. Não será admitida a retirada dos autos da repartição.
- 16.4 A partir do recebimento do recurso e contrarrazões, tanto o processo de licitação quanto cópias do recurso, contrarrazões, parecer jurídico e do julgamento permanecerão à disposição dos interessados, no mesmo local indicado no item anterior.



Estado de São Paulo

# 17 - DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

- 17.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.
- 17.2. O contrato poderá ser reajustado depois de transcorridos 12 (doze) meses, com a aplicação do INCC-DI (Índice Nacional do Custo da Construção-Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
- 17.3. No caso de extinção ou substituição do INCC-DI, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

#### 18) DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL:

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO PARA VERIFICAÇÃO;

ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

ANEXO III- TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;

- →MEMORIAL DESCRITIVO;
- →PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;
- → CRONOGRAMA FISICO -FINANCEIRO.
- ▶ Quanto ao projeto, este poderá ser adquirido no Departamento de Engenharia, através de requisição, sendo que os interessados deverão fornecer cd/pen drive para reprodução do mesmo.
- ▶É de responsabilidade da Empresa à plotagem e ou impressão das pranchas do projeto com todos os detalhes.

## 19 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 Para esta Concorrência Pública não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio ou empresa concordatária, bem como aquelas consideradas inidôneas, ou que estejam suspensas, na forma da Lei ou em litígio com qualquer órgão público ou sob suspeição com entidades da Administração Pública direta ou indireta da União, Estado ou Município.
- 19.2 Fica reservado à Administração, o direito de REVOGAR por conveniência ou interesse público, bem como ANULAR por ilegalidade a presente licitação, no todo ou parte, sem que assista aos licitantes direitos de reembolso ou indenização, desde que presentes os requisitos do art. 49 e seus parágrafos, da lei nº 8.666/93 e suas

Estado de São Paulo

alterações.

- 19.3 A Prefeitura se reserva no direito de executar através de outras contratadas ou diretamente, no mesmo local da obra, serviços distintos dos abrangidos na presente licitação.
- 19.4 A Comissão poderá transformar o Julgamento em diligência para apuração de dados e condições indispensáveis ao julgamento das Propostas, inclusive valer-se dos préstimos de profissionais especializados para auxiliá-la.
- 19.5 O preço global e unitário das propostas não sofrerão reajustes durante a execução do contrato, a não ser em decorrência de modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para a manutenção do equilíbrio econômico do contrato, nos moldes do artigo 65, parágrafo 6° da Lei 8.666/93.

#### 19.6 IMPUGNAÇÃO

- Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
- § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 10 do art. 113.
- § 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 19.7 Toda e qualquer informação a respeito da presente licitação poderá ser solicitada por escrito, através de protocolo no Departamento de Licitações à Comissão Permanente para Julgamento de Licitações, durante o horário normal de expediente, até 72 (setenta e duas) horas antes da apresentação das propostas. As dúvidas técnicas concernentes ao presente procedimento deverão ser encaminhadas por escrito, ao Departamento de Engenharia, até 03 (três) dias antes da apresentação das propostas.
- 19.8- Os eventuais recursos, reconsiderações e representações deverão atender, no que couber, as disposições legais do artigo 109, seus incisos e parágrafos, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 19.9- Na contagem de prazos serão rigorosamente observadas as regras contidas no artigo 110 parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 19.10 A Prefeitura <u>não</u> se responsabiliza por documentos ou envelopes enviados via correio e não entregues em tempo hábil no Departamento de Licitações.

Estado de São Paulo

### 20 - DA AQUISIÇÃO DO EDITAL

20.1 - As cópias do presente Edital, assim como os dados e elementos necessários à elaboração da proposta poderão ser retirados, através de quia preenchida no Departamento de Lançadoria e quitada no Departamento de Tesouraria do município, no valor de R\$ 10,00 (dez reais). Após, as cópias poderão ser retiradas no Departamento de Licitações, situado no Paço Municipal, Rua Profa Hilda Cunha, no 58 centro, Cerqueira César/SP, mediante a apresentação da quia com o respectivo valor recolhido. Também disponibilizado está para download site www.cerqueiracesar.sp.gov.br. Informações sobre esta licitação poderão ser obtidas no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal ou transmitidas através do telefone (14) 3714-7200 - Ramal 220.

**20.2 -** E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi o presente Edital afixado no lugar de costume e seu resumo publicado nos órgãos de imprensa como dispõe a legislação vigente.

Prefeitura de Cerqueira César, 30 de junho de 2015.

JOSÉ ROSSETTO PREFEITO



Estado de São Paulo

	ANEXO I - M	INUTA	DO CONT	RATO		
	CONTRATO N	1。	/15			
	CONTRATO	QUE	FAZEM	<b>ENTRE</b>	SI	A
	PREFEITURA	DE	CERQUEIR	a césa	AR E	A
	EMPRESA		• • • • • • • • • • • • •			
ما مانمه با مانه	ا ماداد ا		.:	-:	- C	_:
Aos dias do mês de		-			· ·	
César, Estado de São Paulo, de l					•	
CÉSAR, entidade de direito pú						
inscrita no CNPJ n° 46.634.184			•	•		
ROSSETTO, brasileiro, casado,	•					
6.012.884-SSP/SP, inscrito no	CPF/MF n° 58	39.060.	538-00, res	idente e	domicil	iado
nesta cidade de Cerqueira	César-SP,	dorava	nte denom	inada sir	nplesme	ente
CONTRATANTE e de outro la	do a empresa			, pess	soa jurí	dica
de direito privado, com sede	na		, inscrita no	CNPJ s	ob núm	ero,
neste ato, representada por				•••••	,	,
RG n° CPF/MF n						
, Estado de de or						
da Lei nº 8.666/93 e suas (				-	•	
ajustaram e contrataram o segu	-	na pro	oonga aao	100101110111	145 450	,
ajustai aili e conti atai aili o segu						
•						

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Nos termos do Convite nº 008/15 - Processo nº 049/15 fica a empresa.....responsável pelo fornecimento mão-de-obra, equipamentos, materias e implantação de 10 (dez) abrigos metálicos a serem instalados em pontos de parada de ônibus localizados no Município de Cerqueira César, de acordo com o projeto, memorial descritivo, cronograma e planilha orçamentária anexos ao edital.

▶ As obras e serviços ora contratados deverão obedecer às normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e as especificações e/ou anexos constantes do edital.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto será efetuado pelo preço e condições mencionadas nas demais cláusulas deste contrato e obedecerá a seguinte dotação orçamentária:

02.07.01 - - Urbanismo

175 15.452.0021-2.025 - Classificação Funcional

3.3.90.39-01 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica



Estado de São Paulo

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ANEXOS DESTE CONTRATO

A contratada ratifica neste ato sua submissão a todas as exigências do Edital de Convite nº 008/15, que fica fazendo parte integrante deste contrato, juntamente com as proposta vencedor, exceto no que contrariar os instrumentos da CONTRATANTE.

				CLÁU	SU	LA	QU	ARTA - DO VALOR	
O vo	alor	global	do	contrato	é	de	R\$	,	(
come	ercia	l aprese	enta	da pela Co	ntro	atao	da.		

## CLÁUSULA QUINTA - DOS SERVIÇOS

- **5.1)** As obras e serviços a serem executados pela licitante vencedora, deverão estar rigorosamente de acordo com as normas técnicas da ABNT e dos demais órgãos fiscalizadores, sendo vedada sua sub-empreita.
- **5.2)** A empresa responsabilizar-se-á pela qualidade e perfeição técnica dos serviços executados, devendo refazê-los à suas expensas, caso se comprove que suas elaborações não seguiram padrões tecnicamente aceitáveis.
- **5.3)** A contratada refará por suas expensas, os serviços que se apresentarem mal executados tecnicamente, ou que não tenham obedecido às boas técnicas de execução.
- **5.4)** Ficará a cargo da Prefeitura a fiscalização dos serviços, podendo, a seu critério exclusivo, completá-la por gerenciamento através de empresa especializada.
- **5.5)** A qualquer tempo a Municipalidade poderá vistoriar os equipamentos para se certificar da quantidade e do estado de funcionamento dos mesmos, exigindo a substituição imediata dos inservíveis.

## CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1 Os serviços serão liberados pelo Setor de Engenharia, com a expedição da competente <u>Ordem de Serviços pelo Departamento de Engenharia e Convênios</u>, <u>abrindo-se o prazo improrrogável de O3 (três) dias úteis</u> para assinatura, início da execução contratual e apresentação da ART, contados da sua expedição, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.
- 6.2 A CONTRATADA ficará sujeita às determinações dos fiscais quanto à qualidade da mão-de-obra empregada, do material utilizado e dos serviços executados. A fiscalização poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário da empresa, quando julgar necessário.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 7.1 - São obrigações da CONTRATADA:



Estado de São Paulo

- 7.1.1 Assegurar o livre acesso por parte da fiscalização a todas as etapas da execução dos serviços;
- 7.1.2 Responder pela segurança do trabalho de seus operários, técnicos e de terceiros;
- 7.1.3 Arcar com as despesas de demolição e reparos de serviços mal executados ou executados de forma incorreta, decorrentes de culpa ou dolo da contratada, com reposição de materiais utilizados;
- 7.1.4 Aceitar prontamente as exigências e observações da fiscalização baseadas nas especificações, regras de boa técnica e normas em vigor;
- 7.1.5 Responsabilizar-se por qualquer despesa oriunda de quaisquer paralisações decorrente de falta de material falta de mão-de-obra, intempéries, caso fortuito ou força maior;
- 7.1.6 A CONTRATADA deverá providenciar, ás suas expensas, <u>em até</u> 15 (quinze) dias a contar do início da execução dos serviços, a confecção e instalação de placas indicativas da obra, contendo as seguintes especificações, nos termos da Lei Municipal nº 1.661/2009:
  - nome da empresa executora da obra;
  - procedência dos recursos;
  - custo total da obra:
  - data do início e prazo limite do término da obra;
  - número de empregos diretos proporcionados pela execução da obra.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PREPOSTO

A CONTRATADA manterá no local da prestação do serviço preposto habilitado profissionalmente, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato.

## CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 9.1 O recebimento provisório será realizado pelo responsável por seu acompanhamento (fiscalização e/ou comissão de vistoria), mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita de conclusão da obra/serviços por parte da CONTRATADA.
- 9.2 Concluídas as obras e serviços, objeto desta licitação, procederá a Prefeitura exame minucioso a fim de recebê-los definitivamente, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias seguintes ao da entrega da comunicação expressa de conclusão dos mesmos, que nesse sentido fizer a contratada, findo o qual, serão considerados como recebimento definitivo das obras e serviços, independentemente de qualquer outra formalidade por parte da Prefeitura nos termos do artigo 73, I, "b" e parágrafo 3° da Lei n° 8.666/93.
- **9.3** O recebimento provisório ou definitivo da obra <u>não</u> exclui a responsabilidade civil pela segurança da obra, nem a ética profissional pela perfeita execução do contrato.



Estado de São Paulo

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA SEGURANÇA E PERFEIÇÃO DOS SERVIÇOS

A contratada declara expressamente para fins de direito e efeitos legais, que responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras e serviços executados, nos termos do art. nº 1.245 do Código Civil, pelo prazo de 05 (cinco) anos a partir da entrega dos serviços executados.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS TRABALHISTAS Ficarão por conta da CONTRATADA todas as despesas com equipamentos, empregados, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INADIMPLÊNCIA DA CONTRATADA CONCERNENTE AOS ENCARGOS TRABALHISTAS

A inadimplência da contratada com referência aos encargos indicados na cláusula anterior, não transfere à Administração Pública a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPARAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS CAUSADOS PELA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

15.1. O <u>prazo de execução</u> dos serviços, objeto da presente licitação, <u>será 30</u> (<u>trinta</u>) dias, após a data da ordem de serviço e de acordo com o cronograma de obras.

15.2. O <u>prazo de vigência</u> contratual é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura da Ordem de Serviços. Prorrogáveis, até o limite permitido em lei, mediante

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

justificativa do setor requisitante.

- 16.1 Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, conforme serviços executados, planilha de medição e laudo de vistoria realizado pelo responsável pela obra. Para que o pagamento seja efetuado deverá constar obrigatoriamente no corpo da nota fiscal referente às medições, o respectivo número: Referente ao Convite nº 008/15 Processo nº 049/15.
- 16.2. O preço não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta)

Estado de São Paulo

dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Em todos os casos de reajuste previstos neste edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados na Cláusula Décima Nona.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos referidos neste contrato serão liberados mediante prova de quitação de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, referente ao mês anterior e ISS - Imposto Sobre Serviço, exceto quando forem retidos na fonte.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS PENALIDADES

- 18.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento, por parte da empresa licitante vencedora, das obrigações assumidas, no todo ou em parte, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
  - 18.1.1 Multa diária correspondente a 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor total do contrato pelo não cumprimento de qualquer obrigação contratual, devendo o valor da multa ser colocado à disposição do órgão licitante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data de ciência, por parte da CONTRATADA, sob pena de inscrição como dívida ativa e execução judicial, sem prejuízo de qualquer outra cominação prevista no contrato.
- 18.1.2 A empresa será notificada por escrito, ainda que extrajudicialmente, acerca das penalidades a serem eventualmente aplicadas, garantida a prévia defesa.
- 18.2. Certo ainda que, <u>sem prejuízo das penalidades acima referidas</u>, pela inexecução total ou parcial deste instrumento, e a critério do *CONTRATANTE*, a *CONTRATADA* poderá sofrer as seguintes sanções administrativas:
  - 18.2.1. Advertência:
- 18.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento parcial do contrato ou de qualquer de suas cláusulas, podendo, ainda, ser rescindido o contrato na forma da lei;
- 18.2.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de descumprimento total do contrato, podendo, ainda, ser rescindido o contrato na forma da lei:
  - 18.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
  - 18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o CONTRATANTE, após o ressarcimento dos prejuízos que a CONTRATADA vier a causar, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.
- 18.3. As sanções estabelecidas serão de competência exclusiva do Prefeito de Cerqueira César, facultada sempre a defesa da CONTRATADA no respectivo processo,

Estado de São Paulo

nos termos do parágrafo 3º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

- 18.4. As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da licitante ou, se for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.
- 18.5. As penalidades previstas nos itens anteriores têm caráter de sanção administrativa, e consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Cerqueira César.
- 18.6. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
- 18.7. Na hipótese da contratada apresentar documentação inverossímil ou de cometer qualquer crime, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:
  - 18.7.1. Declaração de inidoneidade enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Cerqueira César, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 18.7.2. Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento.

# CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REAJUSTE DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

- 19.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsegüente.
- 19.2. O contrato poderá ser reajustado depois de transcorridos 12 (doze) meses, com a aplicação do INCC-DI (Índice Nacional do Custo da Construção-Disponibilidade Interna- da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
- 19.3. No caso de extinção ou substituição do INCC-DI, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



Estado de São Paulo

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA APRESENTAÇÃO DA ART

No prazo improrrogável de **03 (três) dias úteis**, contados da expedição da Ordem de Serviço, a empresa vencedora deverá apresentar ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida pelo CREA/SP, relativa às obras e serviços, objeto do contrato decorrente da presente licitação, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

- 22.1 Para garantir a execução das obras previstas no contrato, a empresa CONTRATADA deverá optar por uma das modalidades de garantia contratual previstas no parágrafo 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sob pena de decair do direito à contratação, devendo apresentar no departamento de licitações, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura da Ordem de Serviço, a comprovação da formalização da garantia, que deverá ser de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, o que corresponde a R\$\_\_\_\_\_\_\_.
- 22.2 A garantia deverá abranger todo o período contratual, inclusive eventual prorrogação do prazo para cumprimento do pactuado, até o RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra/serviços, sendo que a Contratada responderá ainda pela garantia do serviço pelo prazo de 05 (cinco) anos após a entrega final do serviço, nos termos da legislação civil vigente.
- 22.3 Em caso de <u>acréscimo de obra/serviços</u>, fica a CONTRATADA obrigada a complementar a garantia na mesma porcentagem, cujo recolhimento deverá ocorrer até a data da assinatura do competente termo, devendo ser apresentado o comprovante da complementação da garantia no mesmo prazo referido no **subitem 22.1**.
- 22.4 Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a CONTRATADA por meio de correspondência com aviso de recebimento (AR), para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor, sob pena de rescisão contratual.
- **22.5** Poderá a CONTRATANTE descontar da garantia prestada toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA.
- 22.6 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução integral do contrato, mediante requerimento protocolado no Paço Municipal, endereçado ao Departamento de Engenharia, após comprovação do RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra/serviço.
- 22.7 Quando a garantia for prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 22.8 A liberação ou restituição da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos da legislação civil vigente.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS MOTIVOS PARA RESCISÃO

Ao invés da aplicação das penalidades acima citadas e sem prejuízo das mesmas, poderá ser rescindido o ajuste se ocorridas quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observadas as formas previstas no artigo 79



Estado de São Paulo

da mesma Lei.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Em caso de rescisão do contrato, esta poderá ser realizada amigável ou judicialmente, nos expressos termos da legislação aplicável à espécie.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO GESTOR DO CONTRATO

O responsável pela gestão deste contrato é o Sr. José Vandes Domingues Vaz, Diretor Municipal de Obras e Estradas, solicitante do objeto referente a esta licitação.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cerqueira César/SP, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e combinados teor, para o mesmo fim juntamente		•	
Prefeitura de Cerqueira	César,	de	_ de 2015.
JOSÉ ROSSETTO PREFEITO CONTRATANTE		EMPRESA COI	NTRATADA
]	<u> </u>	NHAS:	
1)	2)		
RG	R <i>G</i>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	



Estado de São Paulo

## ANEXO II- Modelos Declarações. (Convite n° 008/2015 - Processo n° 049/2015)

## DECLARAÇÃO NEGATIVA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO (Modelo-letra "a")

A empresa		, cadastrada no	CNJP sob núm	iero
	,sediada			
cidade de			re	epresentada
por				
signatário do docume incumbido de desenvo estatuto da empre subscrita por pess	(vinculo com ento deverá ter poderes olver atividades de admissa, quer por procuraç soa detentora de	s de decisão, d inistração e ger ão com firma tais poderes)	quer pelo fato ência no contra reconhecida ei , portador	de ter sido to social ou n Cartório, do RG
residente e domicilia superveniente imp	do na cidade de editivo à sua ntos licitatórios junto	, l habilitação p	DECLARA que l ara particip	não há fato Dação em
Local e data				
Representante lega				



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR Estado de São Paulo

# DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (Modelo-letra "b")

A empresa	_, inscrita no CNPJ sob n°	, declard
sob as penas da lei, que não	emprega menores de dezoito	anos em trabalho noturno
perigoso ou insalubre, que nã	ío emprega menores de dezess	eis anos, salvo na condição
de aprendiz, a partir de quato	, 3	·
Local e data		
Representante legal		



Estado de São Paulo

## ANEXO II- Modelos declarações. (Modelo-letra "c")

## DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E SUJEIÇÃO DOS ITENS EDITALÍCIOS E DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS ATINENTES AO CONVITE Nº 008/2015-PROCESSO Nº 049/2015.

A empresanúmero	, c	adastrada no CNJP sob
, sedia	da na	, na
cidade de	·	representada por
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	(estado llo com a empresa, por ex	civil), (profissão),
signatário do documento dever incumbido de desenvolver ativid estatuto da empresa, desde qu com o item 3.2 do edital,	rá ter poderes de decisão, qui dades de administração e geré ue a procuração seja lavrada portador do RG número	uer pelo fato de ter sido ência no contrato social ou em estrita conformidade , residente e
que ACEITA E SE SUBME contratuais constantes dos a às condições físicas ora estipuainda, que tomou conhecimen cumprimento do objeto da licita nele não achando nenhuma falto certame licitatório	TE, sem reservas, aos itens utos da <b>Convite nº 008/201</b> uladas para a execução do o nto de todas as informaç ação, que examinou cuidadoso	editalícios e às cláusulas 5 - <b>Processo 049/2015</b> e bjeto licitado, declarando ões necessárias ao fiel amente o Edital Completo,
Local e data		
Representante legal	<del></del>	



Estado de São Paulo

## ANEXO II- Modelos declarações. (Modelo-letra "d")

## DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa		inscrita no (	CNPJ sob n°		, declara
para fins lega					
	(microem	presa ou em	presa de pe	equeno porte)	nos termos do
artigo 3º da Le	ei Complementa	r n° 123, de	: 14 de dez	embro de 2006	, cujos termos
declaro conhec	cer na íntegra	, estando ap	ota, portant	o, a exercer	o direito de
preferência con	mo critério de (	desempate no	procedimen	to licitatório do	CONVITE N
008/2015 - 1	PROCESSO N'	° 049/2015,	realizado	pela Prefeiture	a Municipal de
Cerqueira Césai	r.			•	·
·					
Local e data					
	<del> </del>			<del>_</del>	
Representante	legal				



Estado de São Paulo

## ANEXO Nº III-TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO.

<u>Órgão</u>	ou	Entidade:	Prefeitura	de	Cerqueira	César

Convite no:

Contrato: n° ...../2015

<u>Objeto</u>: Contratação de empresa especializada para fornecimento mão-de-obra, equipamentos, materias e implantação de 10 (dez) abrigos metálicos a serem instalados em pontos de parada de ônibus localizados no Município de Cerqueira César, de acordo com o projeto, memorial descritivo, cronograma e planilha orçamentária anexos ao edital.

Pelo presente TERMO damo-nos por **NOTIFICADOS** para o acompanhamento dos atos da tramitação do correspondente processo no Tribunal de Contas até seu julgamento final e consequente publicação, e se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Cerqueira César, ......de .......de 2015.

JOSÉ ROSSETTO
PREFEITO
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA